



**ATA DE JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE PROPOSTA DA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020.**

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, as 9:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os membros integrantes da Comissão de Licitação do Município Gilberto Berticelli, Alexandre Antônio Vieira, e Genaro Mello Batista, e o Prefeito Municipal Rodrigo Jacoby Trindade, para procederem ao julgamento do recurso, referente a fase da proposta da Tomada de Preços nº 02/2020, interposto pela Licitante Nascimento Serviços de Limpeza Ltda, contra as propostas das empresas JHD Coleta de Resíduos Eireli e Ede Jamir dos Santos. A empresa JHD Coleta de Resíduos Eireli apresentou contrarrazões. A Procuradoria Jurídica do Município emitiu Parecer em 02/06/2020 opinando pelo indeferimento do recurso. A Comissão de Licitação adota na íntegra o Parecer Jurídico referido, não alterando a decisão do dia 14/05/2020. O Prefeito Municipal concorda com a Comissão, indeferindo o recurso, mantido o julgamento e considerada vencedora a Licitante JHD Coleta de Resíduos Eireli. E nada mais tendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pela Comissão de Licitação e pelo Prefeito Municipal.

Genaro MB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO

PROCURADORIA JURÍDICA  
PARECER JURÍDICO

**TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020**

**PROCESSO Nº 06/2020**

A empresa Nascimento Serviços de Limpeza Ltda. apresentou Recurso Administrativo, com base no art. 109, I, requerendo a inabilitação das empresas JHD e Ede Jamir dos Santos, por supostamente deixar de cotar em sua planilha de custos os valores de acordo com a CCT e legislação vigente.

Inicialmente se reconhece a tempestividade e o interesse da empresa, sendo, pois, parte legítima para interpor o presente recurso.

O edital é claro de que cada empresa deve cotar seus encargos sociais de acordo com a legislação pertinente, conforme destacado na página 28 do Projeto Básico Anexo I do edital:

"Conforme Quadro 7, elaborado através do manual do TCE (2019), utilizou-se estes valores como base para a apuração dos encargos sociais sobre a mão de obra. Assim, cada empresa utilizará a planilha como parâmetro, mas deve apresentar e comprovar os percentuais de cada item, conforme a legislação pertinente".

Sinala-se que no Manual do TCE (2019 p. 95 e 96) é detalhado como deve ser apresentado os Encargos Sociais e o BDI das empresas optantes pelo Simples Nacional:

**"8.5.3. SIMPLES NACIONAL**

O Simples Nacional é uma modalidade de arrecadação unificada dos seguintes tributos: a) IRPJ; b) IPI; c) CSLL; d) COFINS; e) PIS/Pasep; f) Contribuição Patronal Previdenciária, CPP, a cargo da pessoa jurídica de que trata o artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/1991; g) ICMS; h) ISS (artigo 13 da Lei Complementar nº 123/2006).

Aplicável a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), o sistema SIMPLES NACIONAL possibilita substituir a aplicação individualizada de cada um desses tributos por um percentual sobre o montante da receita bruta anual. O percentual cabível diferencia-se em função do setor econômico (indústria, comércio e serviços) e é progressivo em função da receita bruta auferida pelas empresas.

No caso de atividades de coleta de resíduos sólidos, as alíquotas do Simples Nacional estão previstas no Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006. Além disso, as





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO

empresas optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas do pagamento de algumas contribuições instituídas pela União, como as contribuições devidas a Serviços Sociais Autônomos (SESI, SESC, SENAI, SEBRAE, etc.) e as relativas ao salário-educação e contribuição sindical patronal, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, as quais não estão incluídas no sistema de recolhimento unificado (artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006)."

**"Como deve ser apresentado o BDI da proposta das empresas optantes pelo SIMPLES?"**

"Na elaboração das propostas de preços, considera-se que a composição de BDI das MEs e EPPs contratadas pela Administração Pública deve prever alíquotas compatíveis àquelas as quais a empresa está obrigada a observar, conforme os percentuais contidos no Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006. Não se admite, portanto, que a empresa inclua, na composição de encargos sociais de sua proposta, os gastos relativos às contribuições dispensadas de recolhimento, como aquelas previstas no artigo 13, § 3º, da referida Lei Complementar. Esse é o entendimento do TCU exarado no Acórdão 2.622/2013 do TCU Plenário26".

"Para evitar que um licitante possa ser beneficiado de maneira indevida, no momento ainda anterior à assinatura dos contratos administrativos, deve-se confirmar a qualificação de ME ou EPP das empresas vencedoras do certame".

Assim sendo, uma vez que a planilha do edital é meramente sugestiva e que cada empresa deverá somente informar aquilo que efetivamente recolhe, verifica-se que o presente Recurso não deverá ser acolhido.

Ressalte-se que não restou claro se as planilhas dos encargos sociais e do BDI Empresa JHD COLETA DE RESÍDUOS EIRELI estão de acordo com o efetivamente recolhido.

Sobre o assunto o TCU tem o seguinte entendimento:

"Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014 - Plenário. Data da sessão: 09/07/2014. Relator: AUGUSTO SHERMAN).

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO

correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.  
(Acórdão 1487/2019 - Plenário, Data da sessão: 26/06/2019. Relator: ANDRÉ DE CARVALHO)."

Sugere-se, outrossim, que a Empresa JHD refaça a planilha corrigindo os percentuais, não alterando o valor global da proposta apresentada, devendo retirar de outro item se o valor for maior, até a assinatura do contrato.

Portanto, não existe qualquer motivo para desclassificação da empresa JHD COLETA DE RESÍDUOS EIRELI, podendo ser possibilitada a oportunidade ao licitante de adequação da planilha apresentada na licitação.

Assim, quanto à análise da planilha de custo da empresa vencedora do certame, JHD, se verifica que todos os itens foram apresentados de acordo com o projeto básico, não tendo variação de preços incompatíveis com o mercado.


Em relação ao item em que a Empresa Nascimento destaca sobre o provisionamento a menor na planilha de custo da Empresa Ede Jamir dos Santos, tem-se o mesmo entendimento da resposta anterior, portanto, não cabe a desclassificação da mesma.

Ressalte-se, por fim, que não foram encontrados na planilha de custo, itens que tornem o serviço inexecutável em razão dos valores apresentados, tendo também que a decisão deve ser levada em consideração o princípio da economicidade e do interesse público, restando somente a necessidade do ajuste da planilha nos itens dos encargos sociais e no BDI, não alterando o valor global da proposta apresentada.

Diante de todo o exposto OPINO pelo indeferimento do recurso.

É o parecer, à consideração superior.

Mormaço - RS, 02 de junho de 2020.

  
BIBIANA SOUZA DA SILVA  
Procuradora Jurídica  
OAB/RS 77.023